

**Avaliação de Efetividade  
de Projetos Indígenas no  
Âmbito do Fundo Amazônia**

# **Projeto Arapaima: Redes Produtivas**

Março 2022

# Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Este relatório apresenta os resultados da avaliação de efetividade do projeto Arapaima: Redes Produtivas, que faz parte da avaliação de efetividade *ex post* de projetos no tema de Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES. A avaliação foi realizada por uma equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ)* no âmbito da cooperação técnica com o BNDES acerca do Fundo Amazônia. Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do BNDES.

O documento com a íntegra da avaliação de efetividade *ex post* de projetos no tema de Indígenas no âmbito do Fundo Amazônia se encontra no website do Fundo Amazônia, na seção *Avaliações Externas*.



## Equipe de avaliação

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes

Gersem Baniwa

Ricardo Wahrendorff Caldas

## Coordenação da Avaliação

**(Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ GmbH)**

Alef Brito

Bernardo Anache

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Por meio da:



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE





# Sumário

<b>Lista de Acrônimos .....</b>	<b>4</b>
<b>Projeto Arapaima: Redes Produtivas .....</b>	<b>7</b>
1. Resumo do projeto.....	8
2. Lógica da intervenção .....	11
3. Metodologia .....	13
4. Avaliação dos resultados.....	13
4.1. <i>Efeitos Indiretos.....</i>	<i>13</i>
4.1.1. <i>Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé tem atratividade Econômica em terras Indígenas (TIs) e unidades de conservação da natureza (UCs) no sudoeste do estado do Amazonas .....</i>	<i>13</i>
4.1.2. <i>Componente Ordenamento Territorial: Terras indígenas (TI's) no sudoeste do estado do Amazonas estão ordenadas territorialmente .....</i>	<i>16</i>
4.2. <i>Efeitos Diretos.....</i>	<i>16</i>
5. Gestão e Monitoramento .....	24
5.1. <i>Pontos positivos.....</i>	<i>24</i>
5.2. <i>Desafios.....</i>	<i>25</i>
6. Conclusão .....	26
7. Lições aprendidas e recomendações.....	28
8. Salvaguardas de Cancun (REDD+).....	29
9. Critérios transversais .....	32



## Lista de acrônimos

<b>ACJ</b>	Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai
<b>ADERR</b>	Agência de Defesa Agropecuária de Roraima
<b>AIS</b>	Amazônia Indígena Sustentável (Projeto)
<b>AERDSC</b>	Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim
<b>AMARU</b>	Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari
<b>AMIN</b>	Associação de Mulheres Indígenas
<b>APIB</b>	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
<b>APS</b>	Atividades Produtivas Sustentáveis
<b>APPs</b>	Áreas de Preservação Permanente
<b>ASPODEX</b>	Associação do Povo Deni do rio Xeruã
<b>ASPROC</b>	Associação dos Produtores Rurais de Carauari
<b>ATAI</b>	Agentes Territoriais e Ambientais
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CAFOD</b>	Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para América Latina
<b>CIFCRSS</b>	Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol
<b>CIR</b>	Conselho Indígena de Roraima
<b>COIAB</b>	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>COPIJU</b>	Conselho dos Povos Indígenas de Jutai
<b>CPI</b>	Comissão Pró-Índio
<b>CTI</b>	Centro de Trabalho Indigenista

## Lista de Acrônimos

<b>CAR</b>	Cadastro Ambiental Rural
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão ao Pronaf
<b>DGTA/CIR</b>	Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do Conselho Indígena de Roraima
<b>FA</b>	Fundo da Amazônia
<b>FOIRN</b>	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>GIZ</b>	Agência Alemã de Ccooperação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH )
<b>GPVIT</b>	Grupo de Proteção e Vigilância Territorial
<b>IGATI</b>	Implementando a Gestão Ambiental em Terras Indígenas (Projeto TNC)
<b>INPE</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>IPAM</b>	Instituto de Pesquisas da Amazônia
<b>IIEB</b>	Instituto Internacional de Educação do Brasil - Brasília
<b>ISA</b>	Instituto Socioambiental
<b>LEAF</b>	Lowering Emissions by Accelerating Forest finance
<b>MCT</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OEMAS</b>	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
<b>OPAN</b>	Operação Amazônia Nativa
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PAS</b>	Plano Amazônia Sustentável
<b>PEMC/PA</b>	Política Estadual sobre o Mudanças Climáticas
<b>PSA</b>	Pagamento por Serviços Ambientais
<b>PGPM</b>	Política de Garantia de Preços Mínimos

## Lista de Acrônimos

<b>PGPM-Bio</b>	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
<b>PGTA</b>	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNFM</b>	Produtos Florestais Não Madeireiros
<b>PNGATI</b>	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
<b>PPCDAm</b>	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
<b>PRODES</b>	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>QL</b>	Quadro Lógico
<b>RDS</b>	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
<b>REDD+</b>	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
<b>RESEX</b>	Reserva Extrativista
<b>SOMAI</b>	Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena
<b>SAFs</b>	Sistemas Agroflorestais
<b>TNC</b>	The Nature Conservancy
<b>TdR</b>	Termos de Referência
<b>TIs</b>	Terras Indígenas
<b>UCs</b>	Unidades de Conservação
<b>UNFCCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change)
<b>USAID</b>	United States Agency for International Development
<b>WWF</b>	World Wide Fund for Nature

## PROJETO

# Arapaima: Redes Produtivas

<b>Título do projeto:</b>	<b>Arapaima: Redes Produtivas</b>
<b>Entidade responsável:</b>	Operação Amazônia Nativa - OPAN
<b>Período do projeto:</b>	Outubro de 2014 - Agosto de 2020 - 47 meses
<b>Abrangência territorial:</b>	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim; e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do Médio Juruá e do Médio Solimões, no estado do Amazonas
<b>Beneficiários:</b>	Povos indígenas e comunidades extrativistas.
<b>Objetivo:</b>	Apoiar atividades voltadas ao manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs) e fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas.
<b>Valor total do projeto:</b>	R\$ 6.364.730,00
<b>Valor do apoio do Fundo Amazônia:</b>	100% do total

Fonte: Ficha elaborada a partir de adaptação de informações do site do Fundo Amazônia/BNDES



## 1. Resumo do projeto

O projeto *Arapaima: Redes Produtivas* foi realizado nas Terras Indígenas (TIs) do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e na Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do Médio Juruá e do Médio Solimões

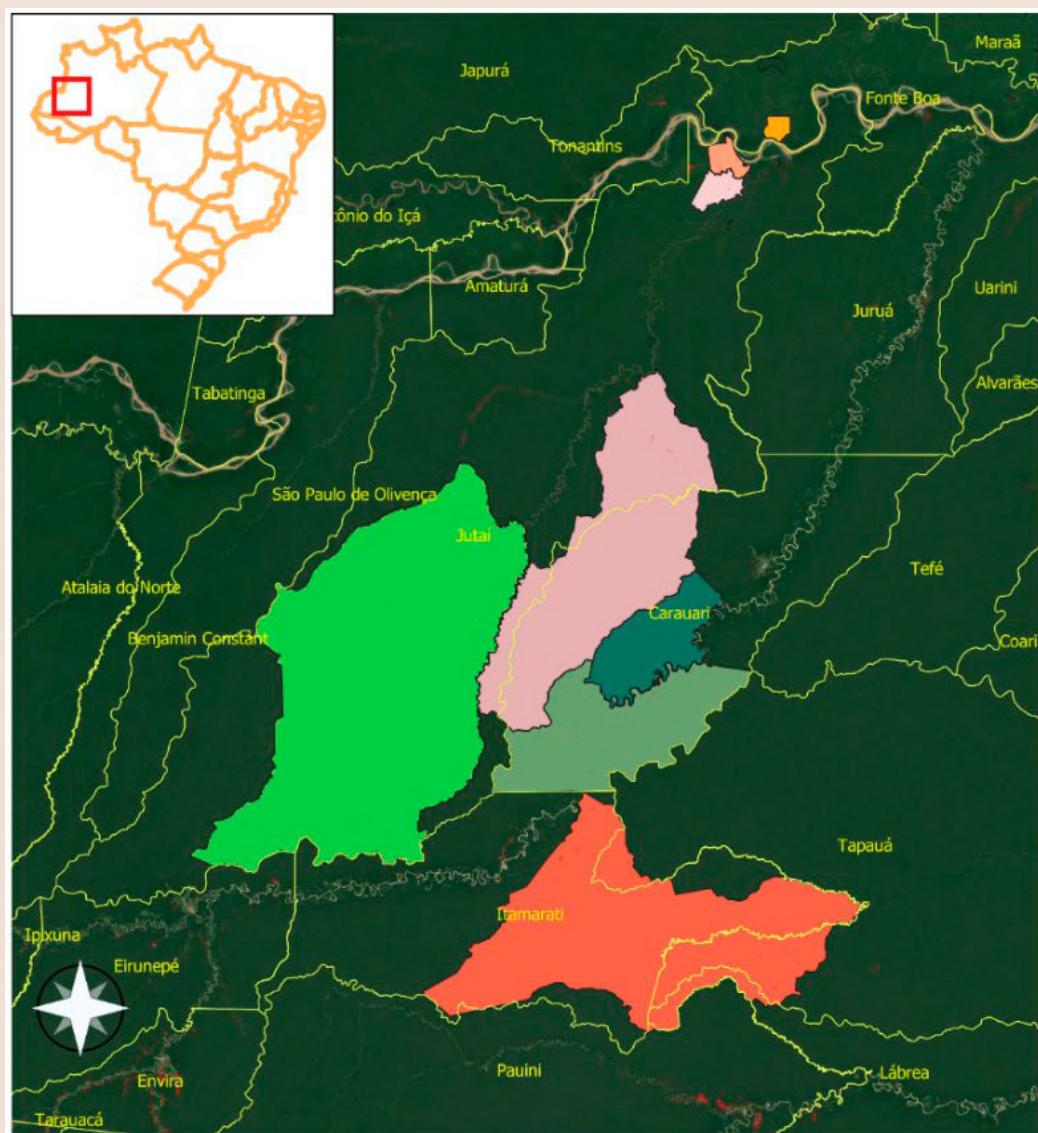
Ele beneficiou uma população total de 6.188 pessoas, entre indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Desse total, 74,75% são indígenas. A região em que o projeto foi implementado (conforme apresentado na Figura 1) compreende uma extensão de 6.293.660 hectares e tem incidência nos seguintes municípios do estado do Amazonas: Jutai, Tonantins, Carauari, Fonte Boa, Itamarati, Lábrea, Piauini e Tapauá.

O projeto está inserido na estratégia de uma chamada pública, realizada pelo Fundo Amazônia, de apoiar e implementar projetos direcionados a atender princípios e diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

No processo de construção da PNGATI, ficou definido, como objetivo, a garantia e promoção da proteção, da recuperação, da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, garantindo a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações.



**Figura 1: Abrangência territorial do Projeto**



**LEGENDA**

Municípios PRODES

0 30 60 90 120 150 km

**Projetos de Apoio a Povos Indígenas**

*Arapaíma - Redes Produtivas*

Acapuri de Cima Deni Espirito Santo  
Macarrão Rio Bá

SIRGAS 2000

Fontes:  
FUNAI, PRODES e IBGE

Produção:  
Busca Terra  
02/10/2021

**Unidades de Conservação**

RDS Cujubim RDS Uacari RESEX Médio Juruá

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

O projeto, que tem como coordenadora a organização indigenista Operação Amazônia Nativa (OPAN), se insere num contexto de modelo aglutinador de projeto. Nesse tipo de arranjo, a instituição aglutinadora (executora principal) atua como coordenadora e executora com subprojetos de outras organizações menores, denominadas aglutinadas, que, por sua vez, contribuem aos objetivos comuns do projeto (Kadri et al., 2020)<sup>1</sup>.

Os objetivos do projeto foram apoiar atividades voltadas ao manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs) e ao fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas”<sup>2</sup>.

A partir da Figura 2, tem-se uma sistematização dos objetivos, área de abrangência e resultados do projeto no território de abrangência.

**Figura 2: Síntese do projeto Arapaima: Redes Produtivas**



Fonte: Elaboração própria da consultoria

1. Kadri, N. M., Skaf, A. A., Freitas, M. B. De, Soeiro, D. R., Anache, B., & Budi, J. (2020). Fundo Amazônia : financiamento climático em prol da conservação e do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Cepal. <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

2. Fundo Amazônia: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/> - acesso em 20 de setembro de 2021.

A partir destas intervenções, o projeto obteve os seguintes resultados:

- Fomentou e estruturou a cadeia produtiva do manejo do pirarucu com a geração de receita de R\$ 1,56 milhões;
- Fomentou e estruturou o manejo da cadeia produtiva de produtos florestais não madeireiros (PFNM);
- Implantação de duas unidades de pré-beneficiamento de óleos vegetais;
- Capacitou em manejo pesqueiro e manejo de produtos florestais não madeireiros;
- Fortaleceu institucionalmente duas associações indígenas e duas associações de produtores extrativistas;
- Realizou oficinas de associativismo, organização comunitária, gestão administrativa e de projetos; e
- Executou o plano de vigilância territorial nas áreas protegidas de abrangência do projeto.

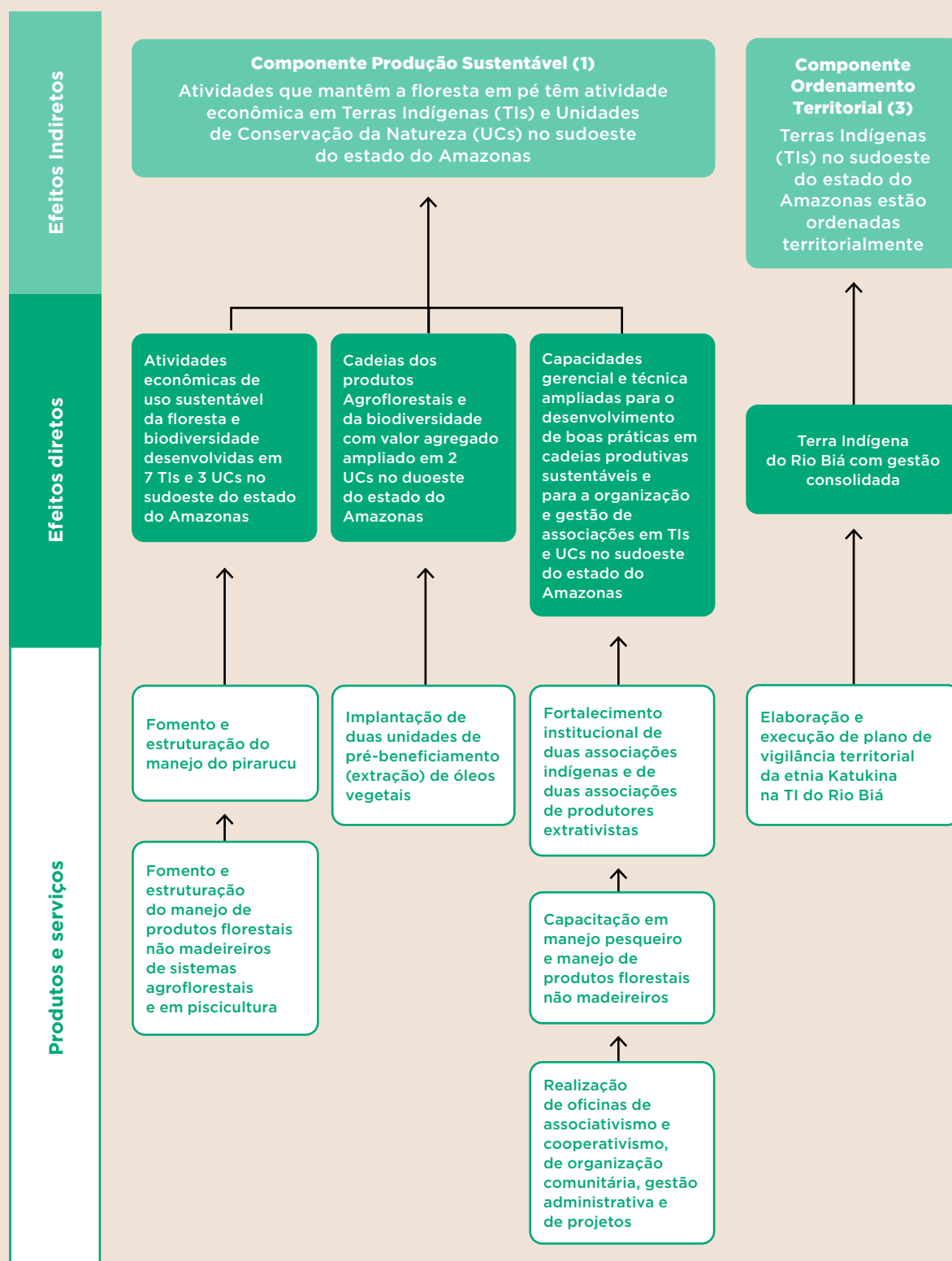
## 2. Lógica da intervenção

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia (Figura 3), o projeto *Arapaima: Redes Produtivas* encontra-se inserido nas componentes: Produção Sustentável; e Ordenamento Territorial.



**Figura 3: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Arapaima: Redes Produtivas**

**Projeto: Arapaima: Redes Produtivas - OPAN**



Fonte: Elaboração própria

### 3. Metodologia

- Os critérios e a metodologia utilizados na avaliação de efetividade do projeto *Arapaima: Redes Produtivas* contemplaram os mesmos do percorrer metodológico já apresentado no relatório temático da avaliação, com base nos critérios da OCDE.
- Assim como nos demais projetos, foram realizadas entrevistas por videoconferência com quase a totalidade da equipe técnica da OPAN, que esteve envolvida diretamente na implementação do projeto.
- Outro importante subsídio utilizado nesta avaliação de efetividade foi o aproveitamento de dados secundários e documental do projeto Arapaima: Redes Sustentáveis, que se encontram na base de informações do Fundo Amazônia/BNDES.
- Uma limitação identificada nesta avaliação é que não foi possível realizar entrevistas com os beneficiários no local do projeto.

### 4. Avaliação dos resultados

#### 4.1. Efeitos Indiretos

##### 4.1.1. Componente Produção Sustentável: Atividades que mantêm a floresta em pé tem atratividade Econômica em terras Indígenas (TIs) e unidades de conservação da natureza (UCs) no sudoeste do estado do Amazonas

O projeto desenvolveu um conjunto de atividades e intervenções econômicas com o objetivo de aumentar a atratividade da floresta em pé. Para tanto, foram realizadas ações de fortalecimento de duas importantes cadeias produtivas: a do pirarucu e a dos óleos vegetais.

Nesses territórios, a pesca e o extrativismo de produtos florestais não madeireiros são amplamente praticados e, sem dúvida, constituem-se importante fonte de renda para os indígenas, ribeirinhos e extrativistas.

Ao apoiar e implementar um projeto com essa dimensão, foi possível contribuir com os povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas de forma diferenciada, se comparado às atividades econômicas focadas em exploração madeireira, caracterizadas como atividades extremamente concentradoras de renda para o setor empresarial.



Intervenções e projetos focados no setor extrativista de produtos que mantêm a floresta em pé representam um conjunto de atividades com menores índices de concentração de renda, mas que assumem enorme importância com dimensões econômicas, sociais e ambientais para os povos indígenas e extrativistas.

A partir do projeto, conseguiu-se implementar o fortalecimento da cadeia dos produtos florestais não madeireiros, por meio de uma estratégia de agregar valor a esses produtos, assim como apoiar a conservação da biodiversidade e da floresta.

Em geral, o desmatamento cresceu na Amazônia durante as últimas duas décadas, como se pode verificar na Tabela 1.

**Tabela 1: Total desmatado em terras indígenas na Amazônia (em km²)**

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Total de área desmatada</b>	331,19	293,75	225,69	159,04	167,74	96	73,03	105,09	198,04	260,57	497,37	427,94

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Por outro lado, segundo consultoria contratada pela GIZ,<sup>3</sup> o impacto da redução do desmatamento na área do projeto Arapaima: Redes Sustentável foi bem inferior, como se pode observar na Tabela 2, que apresenta a situação do desmatamento nas áreas de atuação do projeto.

**Tabela 2: Resultado do levantamento do desmatamento nas áreas de atuação dos projetos. (Os dados são apresentados em km²)**

Projetos	Área total dos projetos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Arapaima: Redes Produtivas	61.089,2	0,48	3,19	1,52	0,65	0,84	1,74	0,88	1,04	1,27	1,37	1,63	2,74





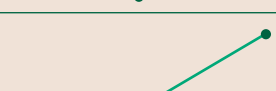

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

**3.** TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia. Brasília, GIZ, 2021. pp.5-6. Doravante apenas TERRA (2021).

Durante o início da execução do projeto, em 2014, o desmatamento era de 1,74km<sup>2</sup>. Já no ano seguinte, o desmatamento teve uma queda significativa e, nos posteriores, ocorreu aumento da taxa de desmatamento.

O Quadro 1 apresenta um comparativo entre antes da implementação, o período de execução e o pós-projeto. Neste quadro verifica-se que antes do projeto o desmatamento teve o seu maior índice, apesar de um aumento no período pós-projeto.

**Quadro 1: Desmatamento na área de atuação dos projetos, considerando a linha de base, período de execução e pós-projeto. Os dados apresentados em km<sup>2</sup>**

Projetos	Linha de base (2009 - 2013)	Período de execução dos projetos (2014 - 2018)	Pós-Projeto (2019 - 2020)	Tendência (linha de base, durante e pós)
Alto Juruá	0,17	0,06	0,22	
Amazônia Indígena Sustentável	3,34	0,84	2,11	
Arapaima: Redes Produtivas	1,34	1,26	2,18	
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	0,62	0,38	1,41	
Fortalecimento da gestão territorial e Ambiental de Terras Indígenas	14,44	12,76	105,99	
<b>Total Geral</b>	<b>19,91</b>	<b>15,30</b>	<b>111,91</b>	

Fonte: TERRA, Busca. Análise da evolução do desmatamento em áreas de projetos de apoio a Terras Indígenas no Fundo Amazônia (2021)

Este mesmo estudo traz uma constatação importante pois, na área de abrangência do projeto, encontra-se a TI Acapuri de Cima, onde não foi identificado desmatamento durante todo período.

#### **4.1.2. Componente Ordenamento Territorial: Terras indígenas (TI's) no sudoeste do estado do Amazonas estão ordenadas territorialmente**

Na chamada pública, um dos elementos que mobilizou o Fundo Amazônia à realização de um edital com foco nos povos indígenas foi a questão ligada a ameaças em razão da exploração não sustentável e desordenada de recursos madeireiros e outros explorados de forma ilegal<sup>4</sup>.

Com isso, o apoio do Fundo teria como foco a melhoria da qualidade de vida dessas populações, a partir de atividades sustentáveis e rentáveis e que não impactassem em desmatamento e/ou atividades ilegais.

Passados sete anos do início do projeto, tem-se uma realidade ainda mais desafiadora, que é o preocupante impacto em toda a área que compreende a Amazônia Legal, onde garimpos podem afetar diretamente terras indígenas, unidades de conservação federais, glebas federais e florestas públicas, gerando impactos sobre comunidades e florestas. A toda esta pressão pela qual passam os territórios indígenas, se somam desafios como o aumento do desmatamento de florestas, poluição de rios e violação de direitos humanos.

Nesse contexto, foi identificado, nesta avaliação de efetividade, que a proteção dos territórios indígenas, bem como a proteção da natureza, foram os principais impactos da intervenção apoiada pelo Fundo Amazônia.

Na visão dos gestores e coordenadores do projeto *Arapaima: Redes Sustentável* foi, a intervenção foi fundamental para impedir desmatamento e diminuir a pressão de garimpeiros e madeiros nesses territórios, garantindo a valorização dos saberes e práticas indígenas e de comunidades tradicionais, além do fortalecimento das organizações aglutinadas, visando assim, o aprimoramento da gestão do território e seus recursos.

#### **4.2. Efeitos Diretos**

O pirarucu (*Arapaima gigas*) é um produto amazônico de enorme relevância cultural, social, econômica e ambiental para os que vivem naquela região do país. É um peixe que, apesar dessa relevância, já correu inclusive risco de extinção e, devido a isso, no próprio estado do Ama-

---

<sup>4</sup> Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/> - acesso em 20 de setembro de 2021.



zonas – o maior produtor no País –, sua pesca chegou a ser proibida.

Hoje é permitida apenas a pesca do pirarucu manejado, o que tem se configurado como importante atividade não só econômica, mas também ambiental para as populações indígenas e ribeirinhas. Assim, fomentar e estruturar a pesca do pirarucu manejado foi um dos efeitos diretos deste projeto. (Quadro 2)

**Quadro 2: Síntese dos Indicadores e Metas alcançadas pelo manejo do Pirarucu**

Indicador	Linha de base	Meta	2015	2016	2018	2020	Variação % entre último ano x ano base
Receita obtida com a pesca manejada de pirarucu apoiada pelo projeto	R\$ 200.000,00 (50 Toneladas ano / R\$ 4,00 kg)	Aumentar pelo menos 10%/ano a receita obtida com a comercialização da pesca manejada	R\$ 385.000	R\$ 1.623.145	R\$ 3.129.010	R\$ 1.132.908	194%
Volume de pirarucu comercializado a partir da pesca manejada	50 toneladas	Aumentar pelo menos 10% / Ano volume da pesca manejada	170.000	441.000	797.000	213	25%

Fonte: Adaptados dos relatórios de monitoramento do Fundo Amazônia/BNDES

Para este conjunto de três indicadores, os relacionados à receita obtida e ao volume de pirarucu comercializado demonstraram valores muito acima do previsto pelas metas.

O indicador de receita obtida a partir da pesca manejada do pirarucu, que possuía uma meta de R\$ 292 mil, alcançou resultado bem acima do planejado. Temos aqui um importante indicador de efetividade do projeto, chegando a um resultado de R\$ 1,56 milhão.

A partir dos relatórios de monitoramento, identifica-se que em relação ao volume de pirarucu comercializado a partir da pesca manejada tinha-se uma meta de 73 toneladas, e o resultado que se conseguiu alcançar no ano de 2020 foi de 213 toneladas. Com isso, tem-se um valor mais alto do que fora planejado. Porém, é importante ressaltar que a maior produção foi no ano de 2019 com 1088 toneladas.

Em relação ao indicador de receita a partir da comercialização de compras ou subsídios governamentais, não foi possível avançar de forma significativa. Um dos principais fatores que não favorece-

ram a venda governamental em alguns anos tem relação com o baixo atrativo do preço praticado pelos programas. Além disso, outro desafio para inserção do pescado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi o fato de muitos municípios não disporem de nutricionistas em suas Secretarias Municipais de Educação, dificultando a inclusão do pescado nos cardápios e nas receitas da alimentação escolar.

O projeto assessorou as organizações para cadastro e emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) na modalidade jurídica. Porém, ainda permanece um desafio no tocante aos processos burocráticos de emissão desse documento na modalidade pessoa física, assim como para as pequenas associações indígenas.

Ainda sobre o fomento, estruturação e consolidação da cadeia do manejo do pirarucu, o projeto conseguiu viabilizar cinco acordos de pesca, aprovados coletivamente junto ao povo Deni, da RDS Uacari, Resex Médio Juruá, TI's Médio Solimões e RDS Cujubim. Todos esses acordos encontram-se regulamentados pelos órgãos competentes. Importante ressaltar que, mais uma vez, as metas do projeto foram superadas: no planejamento a meta era de manutenção de quatro acordos anualmente. O projeto manteve essa média e, em 2018, passou a manter cinco acordos aprovados e regulamentados.

Com relação à sustentabilidade do projeto, focada na cadeia produtiva do pirarucu de manejo, sem dúvida a estruturação dessa cadeia tem um enorme potencial para que os benefícios da intervenção continuem a acontecer após o seu término.

Hoje, o Amazonas, a partir do seu Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam), tem “aprovado incentivos para o fortalecimento da cadeia produtiva do pirarucu pelo Governo do Estado, a partir de subvenção econômica, além de valorizar a produção do pirarucu. O valor será repassado pela Agência de Desenvolvimento Sustentável aos manejadores do Amazonas”<sup>5</sup>. Além disso, os territórios onde o projeto foi implementado, são prioritários no estado para esses incentivos, pois são áreas com maior potencial de produção. Para o Idam, “considerado altamente sustentável, o manejo do pirarucu garante a proteção e

---

5. Governo do Estado do Amazonas. <http://www.idam.am.gov.br/cadeias-produtivas-do-pirarucu-manejado-e-farinha-de-mandioca-terao-incentivos-do-governo-do-amazonas/> - acesso em 28 de setembro de 2021.



controle da espécie, tendo em vista que os próprios manejadores realizam a vigilância dos lagos para preservar os estoques e inibir a pesca ilegal. Conforme o último levantamento do Idam em 2019, a produção do pirarucu registrou mais de 2,8 mil toneladas. Desse total, os municípios da sub-região Jutai/Solimões/Juruá produziram juntos 1,7 mil toneladas, representando 63% da produção total.”<sup>6</sup>

Um aspecto que merece atenção em relação à sustentabilidade, é a implementação do estudo do uso do couro do pirarucu e a efetivação do plano de negócios do couro. Foram iniciadas algumas tratativas com o setor empresarial e a indústria da moda, como a marca de roupas Osklen, porém não foi efetivado o arranjo comercial proposto, pois o projeto encerrou. Também foi identificada a necessidade de implementação de um plano de negócio com foco em melhor qualificação para o manejo do pirarucu junto aos indígenas da etnia Deni.

Retomar as tratativas com a cadeia produtiva da gastronomia, para maior inserção e agregação de valor do pirarucu de manejo em redes de restaurantes e de chefes de cozinha, também é um fator importante para que as associações que foram capacitadas neste projeto possam articular.

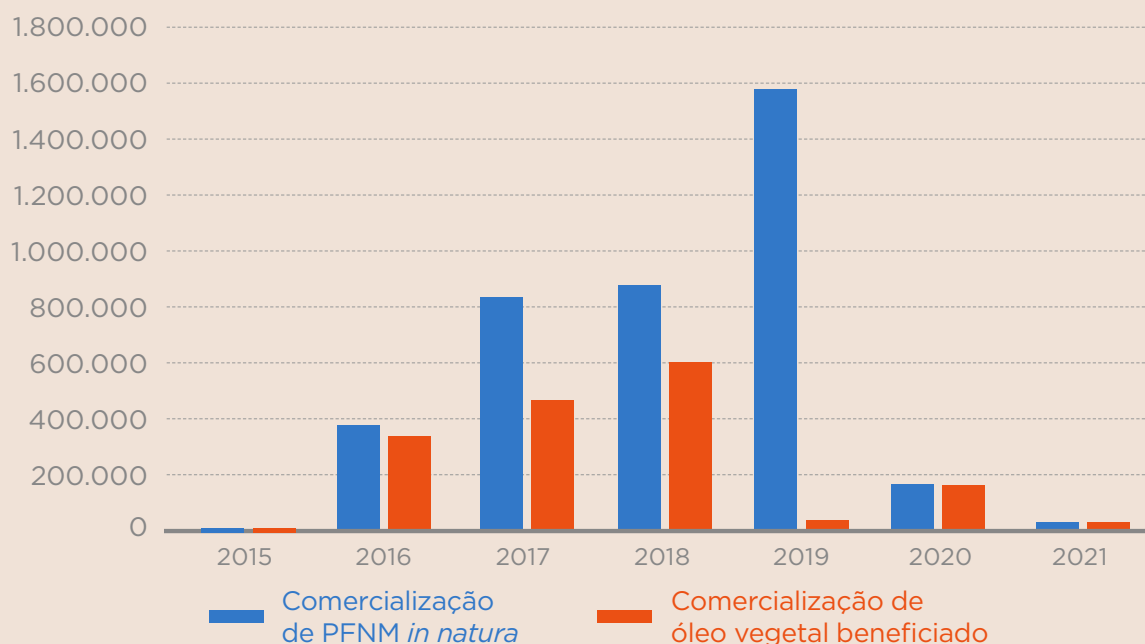
Em relação ao fomento e à estruturação do manejo da cadeia produtiva de PFNM, um dos indicadores para a mensuração estava relacionado à receita obtida com a comercialização destes produtos.

A partir do gráfico da Figura 4, observa-se, em todo o decorrer da implementação do projeto, que as receitas geradas com a comercialização estiveram sempre de forma ascendente. Ao final, foi possível gerar, para os PFNM, um total de R\$ 3.812.388,60 e, para os óleos vegetais, R\$ 1.604.234,30. O volume de renda gerada só passou a ter declínio após a conclusão do projeto.

---

6. Governo do Estado do Amazonas. <http://www.amazonas.am.gov.br/2020/11/assistentia-tecnica-do-idam-fortalece-pesca-manejada-do-pirarucu-no-amazonas/> - - acesso em 28 de setembro de 2021.

**Figura 4: Receitas obtidas pelo projeto a partir da comercialização de PFNM e beneficiamento de óleo vegetal**



Fonte: Elaboração da consultoria a partir dos relatórios de monitoramento do Fundo Amazônia/BNDES

Dos óleos vegetais produzidos, o destaque é para o murumuru e a andiroba. Esses dois produtos tiveram, no decorrer do projeto, uma produção crescente. No momento de seu início, a produção desses óleos foi de 19 toneladas. Após a conclusão do projeto no ano de 2020, a produção chegou a um total de 57 toneladas, o que equivale a um aumento de 185% da produção inicial. Essa produção deve-se a implementação de uma estratégia de elaboração e do Plano de Manejo destes produtos que foi apoiado pelo Fundo Amazônia.

Com isso, é pertinente avaliar que este projeto tem um bom indicador de eficiência, pois foi possível a realização de importantes parcerias com o setor empresarial em relação à cadeia das sementes oleaginosas. Nessas parcerias, tem-se hoje a experiência dos produtos pré-beneficiados e comercializados diretamente com a Natura Cosméticos. Foi possível também proporcionar, às associações indígenas, acessarem a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio), que é gerida pela Conab.

Para estruturar o conjunto de atividades focadas nessas duas cadeias produtivas, sem dúvida é preciso contemplar também um elemento fundamental que seja capaz de fazer a engrenagem funcionar. Assim,

a capacitação dos beneficiários é de vital importância para proporcionar o pleno funcionamento deste rol de ações, de modo a dar conta dessas duas cadeias de produção sustentável nas TIs e nas UCs.

Sobre à capacitação de beneficiários para o desenvolvimento de boas práticas em cadeias produtivas sustentáveis, e aplicando as técnicas aprendidas, tem-se um total de 2.481 capacitados. A meta inicial era de 573 pessoas, ou 10% do público beneficiado, e, ao final, o projeto conseguiu capacitar 43,3% do total atendido. Após a finalização do projeto, não foi capacitado nenhum outro beneficiário.

Também foi realizado um conjunto de capacitações em manejo pesqueiro e manejo de produtos florestais não madeireiros, com 53 ações, totalizando 2.760 pessoas treinadas e aptas a realizarem atividades produtivas relacionadas à produção sustentável.

Inicialmente, o projeto previa o apoio para o fortalecimento de duas associações indígenas e duas associações extrativistas. Ao final do projeto, foi possível apoiar duas associações indígenas e quatro associações extrativistas.

Um impacto identificado nas entrevistas de avaliação é que o apoio às duas organizações indígenas (Conselho dos Povos Indígenas de Jutai - COPIJU e Associação do Povo Deni do rio Xerua - ASPODEX) e à quatro extrativistas (Associação dos Moradores Agro-Extrativistas da RDS de Uacari - AMARU, Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim - AERDSC, Associação dos Produtores Rurais de Carauari - Asproc e Associação dos Comunitários que Trabalham com o Desenvolvimento do Município de Jutai - ACJ) não ficou focado apenas nos aspectos relacionados à melhoria das organizações em relação ao seu funcionamento e capacitação gerencial e contábil, mas houve também um apoio efetivo, que possibilitou que essas organizações pudessem melhorar a partir de reformas de suas sedes. Hoje, inclusive, encontram-se conectadas à internet.

Também foram realizadas oficinas de associativismo, cooperativismo, organização comunitária, gestão administrativa e gestão de projetos. Inicialmente, o projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis* tinha como meta realizar um conjunto de 24 oficinas temáticas com esse foco. Ao final, foi possível a realização de 40 oficinas com a participação de 666 beneficiários.

Avaliando a coesão do projeto e sua relação com o fortalecimento das organizações apoiadas, verifica-se que, hoje, mesmo após o término do projeto, essas entidades possuem maior grau de maturidade e

compreensão do seu papel, tanto de representação dos seus territórios, como de se encontrarem aptas para apresentação de projetos que possam apoiar e fomentar suas atividades produtivas e sustentáveis, bem como em relação a possuírem melhor estrutura operacional e de gestão financeira. São organizações que hoje têm capacidade de influenciar e negociar a implementação de políticas públicas dos diferentes governos, federal e subnacionais, em seus territórios, além de terem acesso e condições de gerir diretamente recursos em projetos futuros.

Sem dúvida, esse conjunto de capacitações foi fundamental para a consolidação do arranjo produtivo entre as diversas organizações, tanto para o manejo do pirarucu, como da cadeia de sementes oleaginosas (murumuru e a andiroba).

Um outro indicador estava relacionado à estratégia de aumentar o envolvimento do número de mulheres em atividades apoiadas pelo projeto. No momento do planejamento, a meta estipulada foi de alcançar um percentual de 5%. Ao final do projeto, o indicador de planejamento foi superado, conseguindo-se um total de 22% de mulheres participando das atividades, inclusive em coordenação das organizações. Nesse sentido, a participação de mulheres ocorreu não somente junto às associações beneficiárias, mas também junto à organização implementadora do projeto – a OPAN.

Para os gestores da OPAN, um ponto foi importante para se chegar a esse percentual, além do que estava planejado, foi ter, na equipe de implementação do projeto, uma antropóloga especialista em gênero. Diversos processos formativos foram conduzidos por essa técnica, buscando incentivar a participação e o envolvimento de mulheres indígenas e extrativistas em todo o processo de implementação do projeto. Tem-se um relato de uma das estratégias de mobilização e sensibilização usada por essa profissional: “a antropóloga do projeto, no início das atividades, buscando sensibilizar as mulheres para participação, ia acompanhá-las nas atividades diárias que realizavam na beira do rio ou nas roças e, de lá, ela mostrava a importância do envolvimento das mulheres no projeto”.<sup>7</sup>

Em relação ao efeito direto de proporcionar a consolidação da gestão territorial da TI do Rio Biá, existiam dois indicadores, sendo um relacionado à extensão da área da TI com o controle de seu território fortalecido, que tinha como meta abranger uma área de 400 km<sup>2</sup> e o resultado foi o mesmo

---

7. Depoimento de coordenador do projeto na oficina virtual de avaliação

do planejado. Quanto à área total de floresta preservada, a meta era manter acima de 99% e, ao final do projeto, a meta foi totalmente atendida. Segundo os dados obtidos a partir do monitoramento do projeto pela equipe do Fundo Amazonia tem-se o Quadro 3.

A partir desse conjunto de indicadores que foram contemplados no projeto, foi desenhado o seguinte cenário em relação à evolução do desmatamento no período de execução da intervenção apoiada pelo Fundo Amazônia: “observou-se a preservação da integridade florestal nos referidos territórios, consequência da atuação permanente das comunidades e entidades representativas locais e de projetos voltados para a proteção e o uso sustentável da floresta.”<sup>8</sup>

**Quadro 3: Indicadores de Terra Indígena do Rio Biá com gestão consolidada**

Indicadores	Metas	Linha de Base	Resultados Alcançados
Extensão da área da TI do Rio Biá com o controle de seu território fortalecido (km <sup>2</sup> )	250 km <sup>2</sup> , sendo considerados o médio e baixo Rio Biá, 130 km <sup>2</sup> no Rio Mutum (médio e baixo) e 20 km <sup>2</sup> no Rio Pataua (médio e baixo) - com um total de 400 km <sup>2</sup> .	250 km <sup>2</sup> , sendo considerados o médio e baixo Rio Biá.	400 km <sup>2</sup>
Área desmatada na Terra Indígena do Rio Biá	118.579,01 km <sup>2</sup> , sendo 28,5 km <sup>2</sup> (0,24%) dados do INPE.	118.579,01 km <sup>2</sup> , sendo 28,5 km <sup>2</sup> (0,24%) dados do INPE.	0,01%
Extensão de floresta preservada (km <sup>2</sup> ) das áreas protegidas com gestão consolidada (TI Rio Bia, TI Deni, TI Espírito Santo, TI, Macarrão, TI Acapuri de Cima, TI São Domingos de Jacapari e Estação, RDS Uacari e RDS Cujubim)	Manter a área total de floresta preservada, acima de 99%.	58.833,85 km <sup>2</sup> de floresta (o que equivale a 99,27% da área total de floresta preservada).	Mais de 99% de área preservada.
Extensão de floresta desmatada nas áreas protegidas TI Rio Bia, TI Deni, TI Espírito Santo, TI Macarrão, TI Acapuri de Cima, TI São Domingos de Jacapari e Estação, RDS Uacari e RDS Cujubim.	Manter o índice de área desmatada abaixo de 0,3%.	186,20 km <sup>2</sup> de floresta desmatada (o que equivale a 0,3% do total da área desmatada).	0,31% área desmatada

Fonte: Adaptados dos relatórios de monitoramento do Fundo Amazônia/BNDES

**8.** Fundo Amazônia. <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/ARAPAIMA-Redes-Produtivas/> - acesso em 10 de setembro de 2021.



O outro indicador do efeito direto de proporcionar a consolidação da gestão territorial da TI do Rio Biá estava relacionado à implementação de um plano de vigilância territorial e proteção dos recursos naturais da TI. Estavam previstas a realização de missões de vigilâncias, num total de 100, e a aquisição de equipamentos para esta finalidade.

Foram adquiridos equipamentos pelo projeto e realizadas 103 missões de vigilância, assim como efetuados acordos comunitários e inter-comunitários de ações de vigilância territorial na área de abrangência do projeto nos municípios de Carauari e Jutai no Estado do Amazonas.

Uma das estratégias bem-sucedidas, e que favoreceu o fortalecimento do sistema de vigilância para a proteção da TI, foi a criação de um sistema de denúncias para identificação, por exemplo, de balsas clandestinas circulando pelos territórios. Estas denúncias foram fundamentais para a consolidação da proteção da TI.

## **5. Gestão e monitoramento**

A presente seção tem por finalidade apontar os pontos positivos e desafios no contexto da gestão e monitoramento do projeto. Aqui, foram abordadas questões ligadas a estrutura, recursos humanos, fluxos de trabalho, tempo de implementação e comunicação para gestão e execução.

O projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis* contou com uma equipe exclusiva, com coordenador geral, duas pessoas administrativas, duas para apoio logístico, um coordenador de campo, quatro especialistas de campo e um comunicador.

### **5.1. Pontos positivos**

Com uma equipe formada por 11 pessoas, houve uma divisão entre orientação estratégica, execução, monitoramento e atividades de campo em Carauari e Jutai. Enquanto a coordenação realizava o planejamento e elaborava metodologias de trabalho e comunicação, as equipes de campo garantiam a execução e articulação na ponta, incluindo relatorias sobre avanço do projeto. A equipe administrativa estava voltada para realização do orçamento, aquisições e acompanhamento.

Previamente ao projeto, a OPAN pactuou e buscou anuência de suas ações junto as comunidades apoiadas. As lideranças indígenas foram par-



ceiras por meios das iniciativas aglutinadas (subprojetos)<sup>9</sup>. Participaram de atividades para detalhamento do orçamento e planejamento de atividades. O projeto visou a formação e fortalecimento do capital social dos atores e organizações de base envolvidos no projeto. Nesse contexto, foram realizados mais de 140 eventos, entre oficinas, capacitações e reuniões, em que foi contabilizada a presença de mais de 6.000 pessoas diretamente envolvidas, entre as quais 73% indígenas e 24% mulheres.

A equipe técnica do projeto possuía conhecimento e tinha sua atuação orientada por processos. Para aquisições ou contratações, o projeto realizava cotações (tomada de preço) por meio de carta convite com termo de referência. A equipe administrativa era responsável pelo controle do recebimento de notas fiscais e pagamento.

A OPAN utilizou seu website para ampliar a transparência das ações do projeto e auditorias. Nele, foram disponibilizadas informações sobre orçamento e ações locais para os parceiros. Foram feitas também assembleias e reuniões por demanda em fóruns locais.

O diálogo com o BNDES foi eficiente, com a equipe técnica do Banco disposta ao suporte e orientação para melhorias e atualizações de atividades e revisões do orçamento no projeto.

## **5.2. Desafios**

O projeto precisou realizar um adendo de seis meses para sua finalização. Esse ajuste foi necessário devido o alinhamento de atividades com os ciclos sazonais das cadeias produtivas (por exemplo, a cadeia do pirarucu, cuja principais atividades acontecem anualmente no segundo semestre).

Entre o tempo de aprovação e operacionalização do projeto, parte do que foi projetado nos municípios (Carauari e Jutai) teve de ser atualizado, já que parte dos atores chave das organizações aglutinadas foram substituídos. O mesmo ocorreu para organizações parceiras. Além disso, houve mudanças nas demandas sobre produtos da sociobiodiversidade e atualização de itens/serviços orçados no momento da proposta.

Nesse contexto, foi necessário investir tempo na repactuação das parcerias e ações do projeto. Aqui, o diálogo com o BNDES foi fundamental para as adequações necessárias.

---

**9.** As organizações eram: Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju) e Associação do Povo Deni do rio Xeruã (Aspodex); e duas associações extrativistas: Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Cujubim (AERDSC) e Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru).

## 6. Conclusão

O projeto *Arapaima: Redes Sustentáveis* foi importante para o fortalecimento da cadeia de valor do território. Ao se ter uma estratégia aglutinadora na avaliação dos próprios executores, foi possível aliar cadeia de valor à gestão territorial e, sem dúvida, isso se mostrou eficaz no fortalecimento das organizações coletivas, geração de renda e proteção ambiental. O projeto também conseguiu aglutinar a gestão e a organização social e, a partir daí, oferecer aos beneficiários capacidade para pactuação de acordos coletivos, congregar pautas e diferenças internas.

Um projeto com essa dimensão tem importância simbólica para o fortalecimento da cultura associativa no território e, a partir dos seus resultados, dar aos beneficiários um conjunto de capacidades para fortalecer suas atividades produtivas em cadeias sustentáveis.

Avaliando os impactos e a efetividade do projeto, usando como referência os efeitos indiretos e diretos, têm-se alguns resultados identificados nesta avaliação:

- Após a finalização do projeto, as organizações indígenas e extrativistas criaram, a partir das cadeias produtivas, um fundo de repartição e gestão direta para as cadeias;
- Realização de parcerias com o setor empresarial, como já citado anteriormente com a Natura Cosméticos (cadeia das oleaginosas) e com a Rede de Cantinas Solidárias da Amazônia;
- Criação e certificação, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, do selo regional do pirarucu: “Sabores da Amazônia”;
- A partir do projeto, foi possível acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio);
- Foi possível a realização de várias atividades de *advocacy*<sup>10</sup> sobre o potencial de comercialização do pirarucu de manejo;
- Comercialização do pirarucu por uma organização aglutinada no programa de compras governamentais, para aquisição de pescado para as Forças Armadas.

---

10. *Advocacy* é o conjunto de ações, estrategicamente definidas e orientadas, que busca promover mudanças em políticas públicas locais, regionais, nacionais ou internacionais, visando alcançar a missão, a visão e os objetivos estratégicos de uma organização ou coalizão de organizações. In: Gozetto, Andrea C.; Morgado, Renato P. Guia para a Construção de Estratégias de Advocacy: como influenciar políticas públicas. Piracicaba, SP: Imaflora, 2019. 68 p

**Quadro 4: Considerações sobre o projeto Arapaíma: Redes Sustentáveis de acordo com os critérios da OCDE**

Critério	Resultado
Relevância	O projeto <i>Arapaíma: Redes Sustentáveis</i> é de alta relevância pois trata da preservação de florestas e de terras indígenas na Amazônia. O projeto dialoga com os objetivos do Fundo Amazônia, pois contribuiu para a redução do desmatamento e o aumento da preservação da floresta em pé na região abrangida pelo projeto, após a entrada em vigor do mesmo. A capacitação no uso econômico sustentável de produtos florestais e não florestais também auxiliou na preservação das florestas no estado do Amazonas nas áreas cobertas pelo projeto. A motivação que originou o apoio a este projeto continua válida atualmente.
Eficiência	O projeto possui bons indicadores de eficiência, pois, não apenas realizou uma adequada gestão do projeto, como ainda realizou importantes parcerias com o setor empresarial em relação a algumas cadeias produtivas apoiadas por este projeto. Além disso, o projeto assegurou, às associações indígenas, o acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio).
Eficácia	O projeto se mostrou eficaz no fortalecimento da cadeia de valor do território. Ao aliar cadeia de valor à gestão territorial, o projeto se mostrou eficaz no fortalecimento das organizações coletivas, nas parcerias, na geração de renda e na proteção ambiental. As parcerias foram importantes para o gerenciamento e aproveitamento dos recursos do projeto de forma eficaz.
Efetividade/ Impacto	O projeto apresentou impacto em diversas áreas. Após a final do projeto, as organizações indígenas e extrativistas criaram um fundo de repartição e gestão direta para as cadeias, o que gera a possibilidade de replicação de atividades. Houve parcerias com o setor empresarial, que geraram estrutura e aumento na escala de produção. Houve criação e certificação, pelo MAPA, do selo regional do pirarucu: "Sabores da Amazônia". A partir do projeto, foi possível acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidades (PGPM-Bio). Ocorreu, ainda, um fortalecimento da gestão territorial, com redução das invasões. Portanto, pode-se afirmar que o projeto <i>Arapaíma: Redes Sustentáveis</i> foi um projeto com efetividade.
Sustentabilidade	<p>Pode-se ser analisar a sustentabilidade do projeto <i>Arapaíma: Redes Sustentáveis</i> de mais de uma perspectiva:</p> <p><b>a) Do ponto de vista dos benefícios, das ações e das atividades realizadas</b>, no geral, observou-se que as várias atividades executadas e os produtos previstos – e entregues – possibilitaram a sustentabilidade de suas ações em geral, com destaque para a piscicultura, entre outras. As oficinas de associativismo, a organização comunitária e a gestão administrativa e de projetos asseguraram que haverá sustentabilidade das ações após o final do projeto, inclusive com a possibilidade de captação de recursos de outras fontes.</p> <p><b>b) Do ponto de vista da Componente Ordenamento Territorial</b>, este projeto fortaleceu institucionalmente duas associações indígenas e quatro associações de produtores extrativistas por meio de oficinas de associativismo e organização comunitária. Esse fortalecimento possibilitou que o plano de vigilância territorial nas áreas protegidas de abrangência do projeto fosse executado com êxito e permite que novos planos de vigilância possam a vier a ser levado a cabo no futuro. As metas previstas de gestão territorial foram atingidas como os indicadores de cobertura e preservação da área demonstraram, confirmando o potencial de sustentabilidade dessas ações.<sup>11</sup></p> <p><b>c) Do ponto de vista da Componente Produção Sustentável</b>, o projeto gerou os seguintes resultados, com elevado potencial de manutenção ao longo do tempo: a estruturação da cadeia produtiva do manejo do pirarucu com a geração de receita de R\$ 1,56 milhões; estruturação do manejo da cadeia produtiva de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM); implantação de duas unidades de pré-beneficiamento de óleos vegetais; capacitação em manejo pesqueiro e manejo de produtos florestais não madeireiros. Todas essas atividades executadas, aliadas ao fortalecimento institucionalmente duas associações indígenas e duas associações de produtores extrativistas por meio de oficinas de associativismo, organização comunitária, gestão administrativa e de projetos certamente contribuem para que as ações se tornem duradouras ao longo do tempo. Cabe um destaque a estruturação de uma cadeia produtiva em particular, que é a do pirarucu de manejo, que possui um grande potencial de ser mantida e, dessa forma, assegurar que os benefícios da intervenção sejam mantidos após o seu término. Um exemplo disso é a implementação do estudo do uso do couro do pirarucu e a efetivação do plano de negócios do couro. Essa possibilidade faz com que este projeto tenha um dos maiores potenciais de sustentabilidade financeira, entre os projetos avaliados quando a cadeia do pirarucu se tornar madura e consolidada.</p>

<sup>11</sup>. A consolidação da gestão territorial da TI do Rio Biá possuía dois indicadores: i) Extensão da área da TI com o controle de seu território fortalecido (400 km<sup>2</sup>) e ii) área total de floresta preservada (99%). Ambas as metas foram atingidas.

## 7. Lições aprendidas e recomendações

	Recomendação	Executores	Estados	Fundo Amazônia	Governo Federal	Setor Empresarial	Doadores
Efeito direto	Apoiar projetos que possibilitem colocar em prática os diversos instrumentos de diagnósticos elaborados para as cadeias produtivas do território – pirarucu e óleos.	X	X	X	X	X	X
	Apoiar as associações na revisão das autorizações de pesca do pirarucu.	X	X				
	Diminuir os mecanismos burocráticos para emissão de DAPs para acesso aos programas de compras governamentais como o PAA e PNAE.		X		X		
	Propor arranjos comerciais que possibilitem a comercialização do pirarucu e de seus subprodutos com a cadeias produtivas, como a da gastronomia e moda.					X	
Efeito indireto	Apoiar projetos que consigam integrar cadeias de valor a gestão territorial	X	X	X	X		X
	Apoiar chamadas públicas de projetos na modalidade aglutinadora			X			
	Buscar maior apoio e envolvimento da Funai, órgão federal responsável pela política indigenista, para articular ações e programas com os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia				X		
	Apoiar intervenções que consigam integrar atividades de produção sustentável em terras indígenas e unidades de conservação		X	X	X		X
	Considerar as áreas protegidas que estejam em risco de avanço de desmatamento e exploração ilegal de mineração, para priorização de iniciativas de apoio dos órgãos de fiscalização nos níveis federal e estadual, além do fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais para consolidação da ocupação de seus territórios.		X	X	X		
	Fortalecer os projetos de lei ou propostas que têm por finalidade punir desmatadores e empresas de mineração ilegais, com o impedimento de acesso ao crédito por órgãos governamentais, e possibilidade de exploração econômica das áreas ilegalmente desmatadas e exploradas com garimpos clandestinos.		X		X		X
Gerais	Ter maior envolvimento dos órgãos e agência de assistência técnica e extensão rural nos projetos, colaborando para capacitação de indígenas e extrativistas.	X	X		X		
	Buscar recursos externos não reembolsáveis, como os disponibilizados pelo Fundo Amazônia.	X					

## 8. Salvaguardas de Cancun (REDD+)

Salvaguarda	Atende	Comentários
<b>1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes</b>	Sim	O projeto tem total relação com o fortalecimento dos programas florestais nacionais e estaduais.
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	Encontra-se em sintonia com o Programa Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCD-AM).
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Em parte	O Projeto tem total alinhamento com as seguintes políticas: Do governo nacional: PNGATI, na época de sua implementação; Plano Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade; e, hoje, Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade. Dos governos subnacionais: Programa Estadual de Mudanças Climáticas. Porém, um desafio encontrado foi que poderia ter ocorrido uma maior interlocução entre o projeto e as políticas dos governos nacionais e subnacionais.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Sim	Um dos indicadores do projeto estava relacionado ao controle e prevenção de desmatamento em terras indígenas e unidades de conservação.
<b>2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional</b>	Sim	
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	Por ser um projeto implementado na modalidade aglutinadora, houve uma intensa articulação com diversas organizações do território.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto apoiou a criação de um sistema de vigilância territorial.
<b>3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas</b>	Sim	O projeto apoiou a valorização e fortalecimento dos sistemas socioculturais e saberes tradicionais.
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Sim	Totalmente.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Sim	Total. O projeto apoiou o uso da biodiversidade de forma sustentável tanto na criação do pirarucu de manejo quanto dos PFNM.

(Continua)

## AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS

### PROJETO ARAPAIMA: REDES PRODUTIVAS

(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Sim	Totalmente.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Sim	Interferência positiva, principalmente no tocante a capacitação para uso da floresta de forma sustentável.
<b>4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16</b>	Sim	Envolvimento total do público envolvido: indígenas e extrativistas.
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Sim	Totalmente.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Sim	Foram desenvolvidas diversas oficinas e todas elas baseadas no uso de metodologias de etnodesenvolvimento e construção coletiva dos beneficiários.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Sim	Intervenções e projetos focados no setor extrativista de produtos que mantêm a floresta em pé representa um conjunto de atividades com menores índices de concentração de renda, mas que assumem uma enorme importância com dimensões econômicas, sociais e ambientais para os povos indígenas e extrativistas.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Sim	A partir de um conjunto de capacitações realizadas.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Sim	O projeto possuía um conjunto de indicadores que deveriam ser monitorados sistematicamente.
<b>5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16<sup>12</sup> não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais</b>		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A partir do projeto de vigilância territorial.

(Continua)

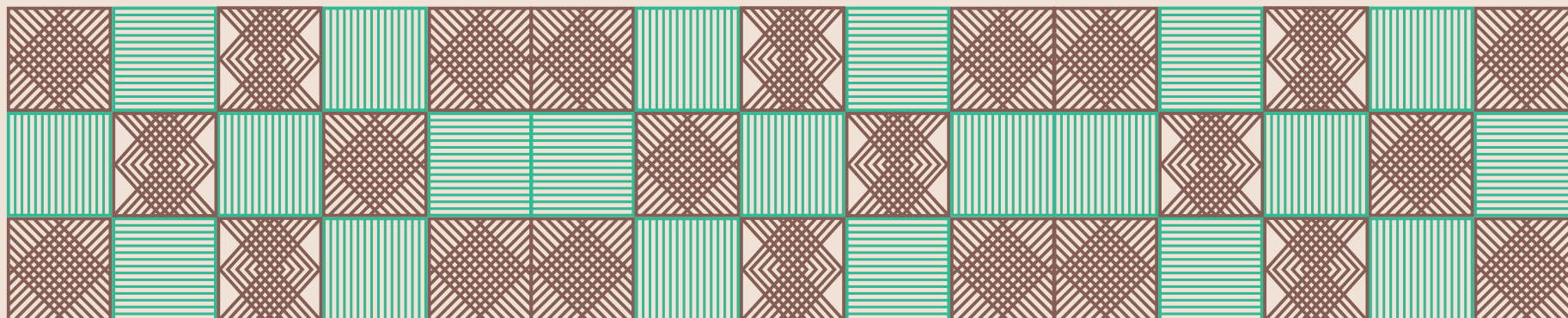
**12.** Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

## AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE PROJETOS

### PROJETO ARAPAIMA: REDES PRODUTIVAS

(Continuação)

Salvaguarda	Atende	Comentários
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Não se aplica	
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não se aplica	
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Sim	Indiretamente ocorreu a partir das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade.
<b>6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+</b>		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?		Um desafio que são as licenças de pesca. Sem elas a produção do pirarucu ficará comprometida.
<b>7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas</b>		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Sim	





## 9. Critérios transversais

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Sim	Todas as ações implementadas estavam focadas na produção sustentável, no fortalecimento das cadeias produtivas e na gestão e vigilância territorial.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Em parte	A partir do projeto foram realizadas diversas negociações para acesso à serviços no território.  Ainda existem algumas fragilidades no tocante a melhoria dos serviços de saúde.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Sim	Estes eram os efeitos diretos do projeto e todas as metas e indicadores relacionados a este item foram alcançadas
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	Um dos indicadores do projeto tratava de incluir mulheres em cargos de coordenação, tanto na entidade implementadora quanto nas associações aglutinadas.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Quanto a equidade de gênero, o projeto apresentou ações diretas que impactam diretamente esse tema.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Em parte	A partir do projeto, houve uma inserção tímida de construção de intervenções e arranjos junto as políticas de saúde e educação.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Sim	O projeto trabalhou cadeias produtivas articulada com segurança alimentar e nutricional.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Em parte	O projeto conseguiu acessar o Programa de Aquisição de Alimentos, porém teve muita dificuldade de inserir a comercialização do pescado no Programa Nacional de Alimentação Escolar.



# Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

- Projeto Arapaima: Redes Produtivas -

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes  
Gersem Baniwa  
Ricardo Wahrendorff Caldas

Março / 2022

